



LABORATÓRIO DA EQUIDADE SOCIAL

O IMPACTO DA CRISE DO COVID-19 NO RENDIMENTO MÉDIO DO BRASILEIRO, COM ÊNFASE NO TRABALHO DOMÉSTICO.

Os efeitos do desemprego para grupos em situação de maior vulnerabilidade social.

JULIANA CARVALHO BRANDÃO, CAMILA MOURA VOGT, LIVIANE PONTE REGO, CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES FILHO E JOÃO BATISTA FERREIRA BASTOS JÚNIOR.

INTRODUÇÃO

O primeiro caso de covid-19 registrado no Brasil ocorreu no dia 26 de dezembro de 2019. Desde então, a pandemia pelo vírus Sars-COV-2, também conhecido como Covid-19, se tornou o principal fator de preocupação e atenção para policymakers em saúde pública e economia no país. Atualmente, o Brasil ultrapassou a marca de 400 mil mortes por Covid-19, e mais de 12 milhões de casos confirmados, sendo, durante vários períodos, o país com maior número de mortes diárias (dados do Centro de Sistemas de Informação e Engenharia da Universidade de John Hopkins, de 2021, OMS).

Somado aos números alarmantes de mortes e infectados, a economia brasileira também mostra sinais de crise. Ao considerar a variabilidade da taxa de mortalidade, capacidade de testagem e condições de ofertas e continuidade de serviços em saúde, os impactos gerados pela pandemia nas atividades econômicas no Brasil em muito dependem da capacidade do governo em gerenciar a crise de demanda iminente.

O Boletim nº1 do Laboratório de Equidade Social - Labeq possui o

objetivo de divulgar resultados preliminares de estudos do laboratório sobre os efeitos da pandemia no rendimento médio da população brasileira.

METODOLOGIA

Foram consideradas as variáveis, taxa combinada de desocupação e subutilização, e o rendimento médio trimestral do brasileiro para construção de modelo de previsão com regressão linear, cuja ênfase dos resultados foi ilustrar os impactos na renda das trabalhadoras e trabalhadores do serviço doméstico, categoria que compreende cerca de 6,2 milhões de pessoas no Brasil. Os dados utilizados foram da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2012 a 2019 para os dados de rendimento por sexo e raça, e de 2012 a 2021 para as informações referentes a serviço doméstico.

DESIGUALDADE DE RENDA: ANÁLISE DA DESIGUALDADE NA COMPOSIÇÃO DA RENDA BRASILEIRA A PARTIR DO RENDIMENTO MÉDIO

Vários estudos evidenciam o crescimento e aprofundamento da desigualdade social brasileira a partir da trajetória dos salários e rendimentos, cuja relação com recortes de gênero e raça é cada vez mais acentuada. É necessário ressaltar, que muitos dos estudos de economia feminista e economia das desigualdades costumam concentrar as análises dos efeitos da discrepância salarial e de renda entre os sexos, e raças, a partir de uma análise de cargos, progressões e categorias de trabalho dentro da formalidade (FERNANDEZ,2018).

Ao dar enfoque ao trabalho doméstico e evidenciar os recortes a partir do rendimento médio, a intenção deste trabalho é contribuir para os estudos em desigualdade que evidenciem a importância de analisar o trabalho doméstico não somente como representativo de uma categoria marginalizada, mas também cuja existência e composição (fortemente marcada pela presença feminina e negra) é fundamental para a compreensão da realidade e estrutura do mercado de trabalho.

A teoria do capital humano (Schultz, 1961) ajuda a explicar que as diferenças salariais entre homens e mulheres decorrem do fato de que as mulheres possuem uma vida de trabalho mais curta e instável devido aos cuidados domésticos, bem como às gestações, criação dos filhos e outras tarefas historicamente atribuídas ao sexo feminino.

As mulheres seriam menos incentivadas a perseguirem uma educação formal ou especializações, ou desenvolverem capital humano e portanto a probabilidade de assumirem postos de trabalho seria menor. O serviço doméstico é majoritariamente marcado pela presença das mulheres e isso em muito diz respeito à atribuição histórica dada a elas. O recorte de raça também se faz fundamental e é absorvido por tal perspectiva, cujos Gráficos 1 e 2 ajudam a elucidar.

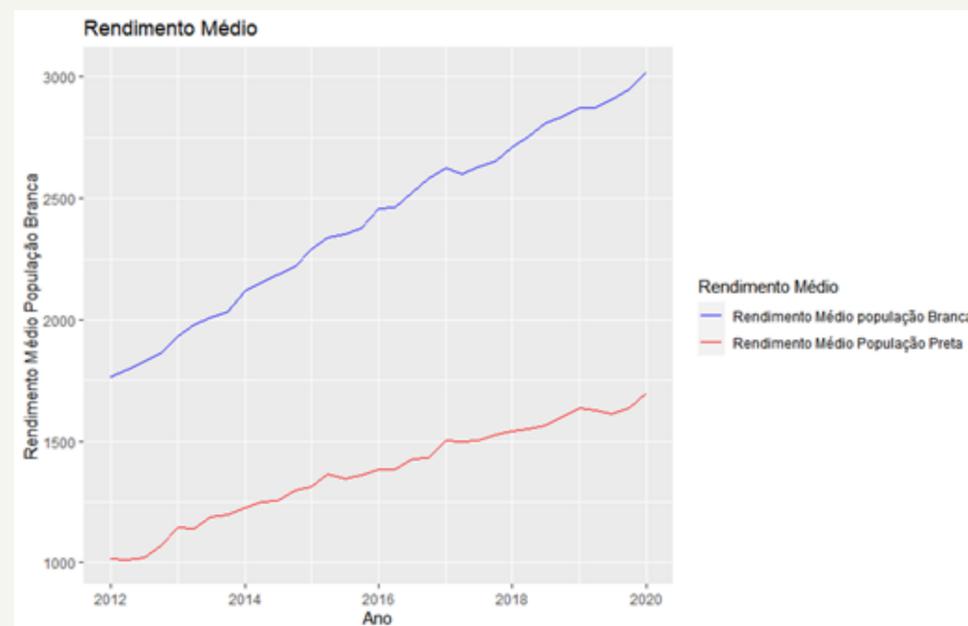


Gráfico 1. Rendimento Médio por Raça. Elaboração Própria. Laboratório da Equidade Social. Dados da PNAD

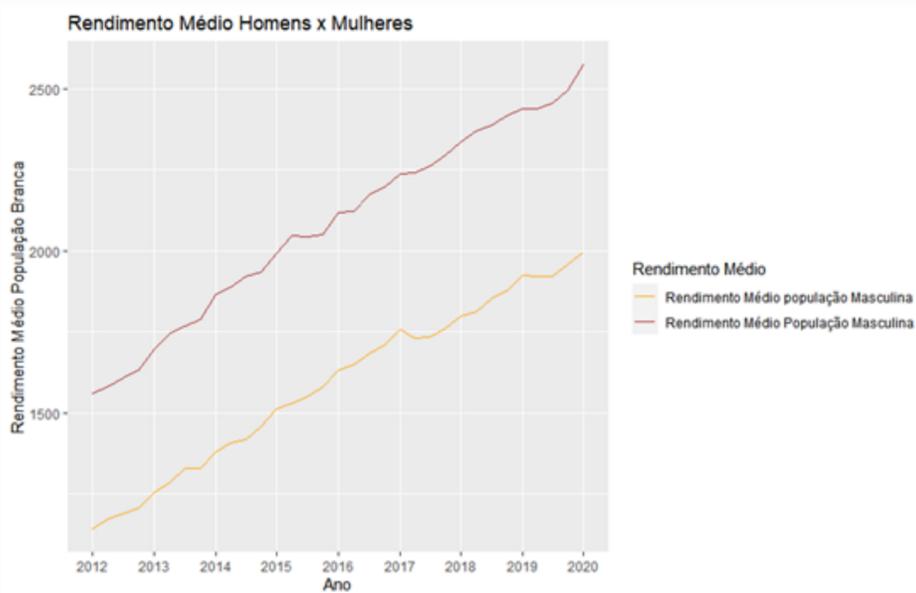


Gráfico 2. Rendimento Médio por Sexo. Elaboração Própria. Laboratório da Equidade Social. Dados da PNAD

Os Gráficos 1 e 2 mostram a relação de gênero e raça na desigualdade entre os rendimentos em uma tendência cujo hiato é maior a partir de 2016. A partir de 2019, a diferença média de rendimento entre os sexos é de aproximadamente 23%. Entre raças, essa diferença é superior a 70%. São diaristas, babás e cuidadoras, motoristas, dentre outras modalidades de profissionais contratadas para cuidar dos domicílios brasileiros.

Do total de trabalhadores na categoria de serviço doméstico, 92% são mulheres – em sua maioria negras, de baixa escolaridade e oriundas de famílias de baixa renda (PINHEIRO, et.al) 2019). São 4,59 milhões (72,3% do total) de trabalhadoras e trabalhadores sem carteira assinada, segundo o IBGE.

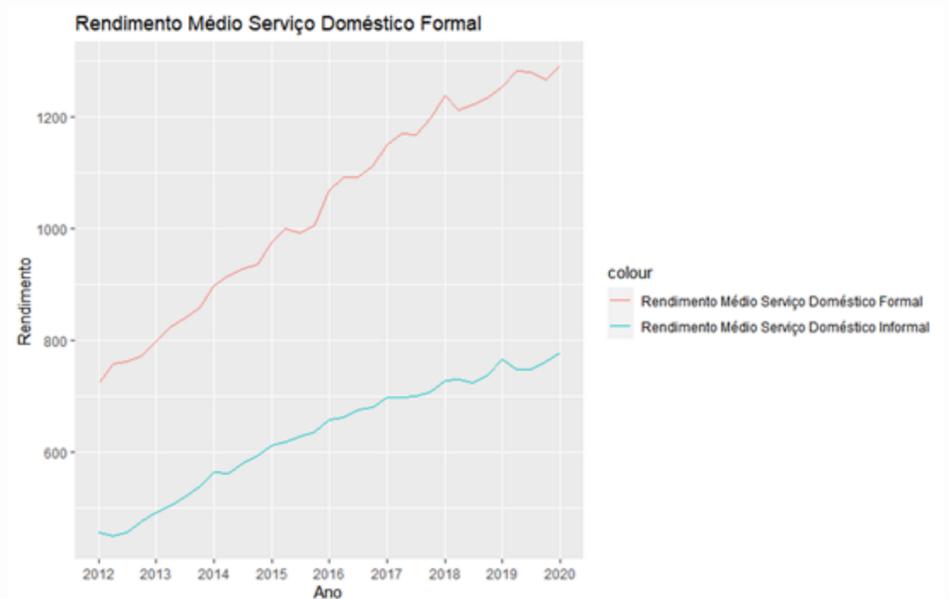


Gráfico 3. Elaboração própria. Laboratório da Equidade Social. Dados da PNAD

A diferença entre os rendimentos torna-se mais evidente quando se consideram os tipos de trabalho (formal ou informal, gráfico 3). No trabalho informal, previamente abordado como abrangendo 72,3% do total do trabalho doméstico, observa-se rendimento significativamente menor.

Trata-se de uma realidade cuja desigualdade se aprofunda em 2018 mas cuja tendência ao aumento se percebe desde o final de 2015, com diferença de R\$ 492,32. É importante notar que aqui se referem os rendimentos do que se caracterizaria como trabalho produtivo remunerado, não sendo considerado o que se chama de “caring labour” devido à dificuldade de acesso aos dados deste perfil, havendo portanto a ressalva de que é necessário abrir margem para este tipo de trabalho em pesquisas futuras.

A PERSPECTIVA DO RENDIMENTO NA CATEGORIA DO SERVIÇO DOMÉSTICO

A partir da relação entre rendimento e desocupação, foi construído um modelo VAR para estimar, utilizando dados passados, o comportamento do rendimento do trabalho doméstico, a partir do segundo trimestre de 2021. Considerando-se o aumento das taxas de desocupação e subutilização da força de trabalho e seu impacto durante a pandemia (Gráfico 5), a tendência é de queda no rendimento para os primeiros trimestres de 2021 (Gráfico 4).

Estima-se que a partir do segundo trimestres de 2022 haja contração do rendimento, afetado pelo quadro crescente de desemprego, com destaque para o quarto trimestre, cuja previsão é de aproximadamente R\$ 1336,00. O quadro tende a se estabilizar mas sem alteração significativa em relação ao rendimento médio geral, permanecendo cerca de 40% menor ao final do ano de 2022, refletindo a taxa combinada do final de 2021 que poderá chegar até 29%.

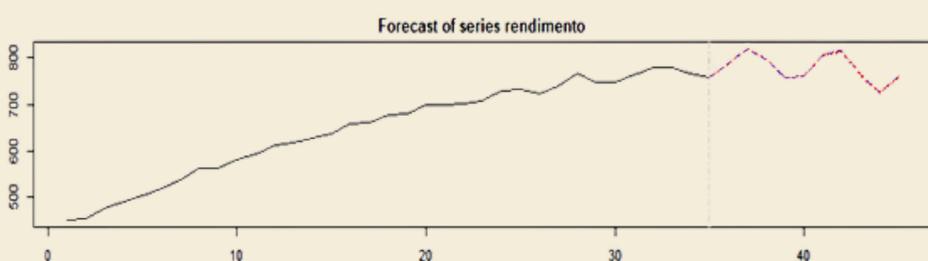


Gráfico 4. Evolução do rendimento a partir de 2021. Modelo Var. Elaboração Própria. Laboratório da Equidade Social.

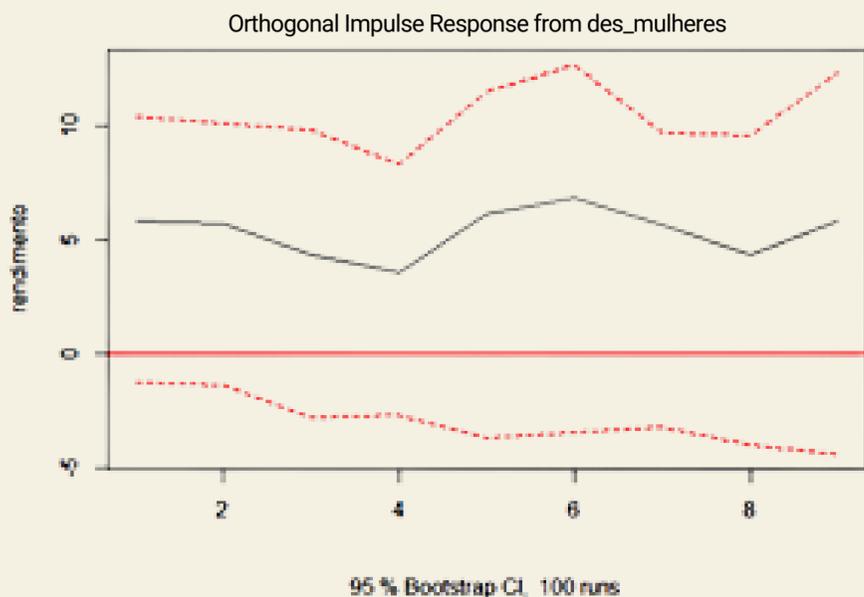


Gráfico 5. Impacto do choque do desemprego da população feminina no rendimento doméstico em 10 trimestres

A lenta recuperação dos valores de rendimento para serviço doméstico acompanha a virada do ano com queda no terceiro e quarto semestres de 2022. A projeção que demonstra que o comportamento das séries de valores estimados para o serviço doméstico acompanham a tendência de comportamento apontado por de estudos do IPEA (PINHEIRO, et.al. 2019), onde se evidenciam os efeitos da dispensa do serviço devido à crise econômica e que se verificou acentuada durante a pandemia do covid-19.

A política de valorização do salário mínimo possui efeito importante para amenizar o choque de demanda para o serviço trazido pela crise, que afeta mais de 2,5 milhões de mulheres no Brasil. Além disso, é necessário salientar a importância do auxílio emergencial e manutenção de programas de transferência de renda, o que permitiu a manutenção do consumo pelas famílias mais pobres.

O PAPEL DE POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA DISTRIBUIR RENDA E DIMINUIR DESIGUALDADES EM MOMENTOS DE CRISE

A importância de mecanismos de transferência de renda para manter a capacidade de consumo e conter a iminente crise de demanda e efeitos nas atividades econômicas, pode ser evidenciada pelos resultados de diversos estudos, segundo os quais seria possível a partir do aumento imediato da renda gerar um aumento de consumo, e devido aos preços de produtos e serviços, induzir também um aumento de produção e de demanda por trabalho (Denes, G. , Komatsu, B. Filho, N. 2018 ; Cury, Mori Coelho, Callegari & Pedrozo, 2010).

Os efeitos de programas como o Bolsa Família podem incidir também nos PIBs municipais, indicando crescimento nos agregados e também nos valores adicionados setoriais. Pode-se dizer que uma política social bem focalizada, incidindo em locais com maior densidade em pobreza podem apresentar resultados positivos em desempenho econômico e social, inclusive com maior arrecadação (Denes, G. , Komatsu, B. Filho N. 2018).

Além disso, durante a pandemia do covid-19, estima-se que foram perdidos no Brasil cerca de 7,8 milhões de postos de trabalho, de acordo Pesquisa

Nacional por Amostra Domiciliar de novembro de 2020. Destes, 1,5 milhão de postos eram referentes a serviço doméstico. Portanto, o trabalho doméstico constitui importante categoria de análise sobre os impactos da pandemia, tanto por ser a segunda maior categoria de trabalho (perdendo apenas para os trabalhadores da saúde), como por refletir a característica de gênero associada a esse tipo de trabalho e maior efeito do choque negativo na renda por essa característica. São cerca de 93% de mulheres que compõem a categoria, em sua ampla maioria beneficiária de programas de transferência de renda.

Segundo pesquisa divulgada no início deste ano pelo centro de pesquisas em macroeconomia das desigualdades da USP, os dados da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) indicam que, enquanto 10% da população mais pobre gasta 87% da sua renda em consumo, os mais ricos gastam 24%. Portanto, é possível inferir um efeito desse multiplicador também no mercado de trabalho. Trata-se de um efeito posterior, ocasionado pela dinamização da economia local pelos indivíduos consumidores beneficiários.

Isso significa, na prática, que políticas que considerem mecanismos de

transferência de renda (quando se considera a estrutura atual da distribuição de renda no Brasil) se colocam como essenciais para manter ou modificar a propensão a consumir com expansão de até R\$ 140,00 na renda por cada R\$ 100,00 reais pagos por programas como o auxílio emergencial, de acordo com nota divulgada pelo centro de pesquisa em macroeconomia das desigualdades da USP em fevereiro deste ano (TONETO, R. RIBAS, T. CARVALHO, L. 2021).

Os recortes de gênero e raça para análise do comportamento do rendimento médio brasileiro de 2012 a 2019 demonstraram que os hiatos e a desigualdade de renda setorial caracterizam elementos importantes de análise da composição da renda média do brasileiro. Ao evidenciar esses hiatos por sexo e raça, foi possível inferir uma relação de agravamento da tendência a queda de rendimento em categorias de trabalho fortemente marcadas por determinado sexo ou raça, como é o caso do serviço doméstico, por mulheres e negras.

Os estudos confirmaram a tendência a queda para o rendimento médio informal da categoria do serviço doméstico, considerando o cenário de

aumento da taxa de desocupação e subutilização da força de trabalho, especialmente até o terceiro trimestre de 2021, quando a taxa combinada alcança aproximadamente 25%. Nesse cenário, o rendimento médio trimestral sem carteira assinada pode alcançar R\$ 665,61.

CONCLUSÃO

As estimativas demonstram uma lenta recuperação que acompanha a virada do ano e segue até o quarto semestre de 2022, corroborando com estudos prévios e reforçando a necessidade de continuidade e ampliação de programas de proteção social que considerem mecanismos de transferência de renda, não somente para manter a capacidade de consumir da categoria (enquanto parte da população trabalhadora chefiada por mulheres negras e beneficiárias) que sofre com a dispensa em período de crise sanitária, mas também para a dinamização da economia local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CURY, S., MORI Coelho, A., CALLEGARI, I. & PEDROZO, E. The impacts of income transfer programs on income distribution and poverty in Brazil: An integrated microsimulation and computable general equilibrium analysis (MPIA Working Paper N o 2010-20). PEP – Poverty and Economic Policy Research Network. 2010

DENES, G. KOMATSU, B.K., FILHO, M.N. Uma Avaliação dos Impactos Macroeconômicos e Sociais de Programas de Transferência de Renda nos Municípios Brasileiros. Revista Brasileira de Economia. Vol.72, nº3. 2018

FERNANDEZ, B. P. M. Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. Revista de Economia Política. Vol.38, nº3. 2018

TONETO, R. RIBAS, T. CARVALHO, L. Como a redistribuição de renda pode ajudar na recuperação da economia? Os efeitos multiplicadores da tributação dos mais ricos para transferência aos mais pobres. Notas de Política Econômica. N °008. Made Centro de Pesquisa em Economia das desigualdades.FEA-USP. 2021

PINHEIRO, L. LIRA, F. REZENDE, M. FONTOURA, N. Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. Texto para discussão. 2528. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2019

SCHULTZ, T. (1961): "Investment in Human Capital", The American Economic Review, v. 51, n. 1, p. 1-17.

